

# Fiscalização de bares domina debate na Câmara

Vereadores discutiram Psiu, políticas sociais, além de orçamento e temas nacionais

A fiscalização de bares e espaços de convivência no centro de São Paulo esteve entre os principais assuntos debatidos pelos vereadores durante a sessão plenária da Câmara Municipal realizada nesta quinta-feira (18). O tema foi levado à tribuna pela vereadora Amanda Paschoal (PSOL), que abordou as discussões em torno do Projeto de Lei relacionado ao Programa Silêncio Urbano (Psiu) e relatou ter recebido reclamações sobre a fiscalização de estabelecimentos frequentados pela população LGBTQIAPN+ na região central da capital.

Segundo a parlamentar, proprietários, trabalhadores e frequentadores desses espaços devem participar do debate sobre a proposta que trata das regras de controle de ruídos na cidade. Amanda afirmou que o processo de discussão do projeto precisa considerar os impactos sobre atividades econômicas e

culturais desenvolvidas em diferentes regiões do município.

## Discussão sobre Silêncio Urbano

A discussão sobre o Psiu ocorre em meio a debates na Câmara sobre fiscalização de bares, casas noturnas e outros estabelecimentos sujeitos às normas municipais de controle de ruídos. O tema tem mobilizado vereadores, representantes do setor e moradores de bairros que convivem com o funcionamento de atividades noturnas.

## Doador de sangue

Também durante a sessão, o vereador Silvinho Leite (UNIÃO) utilizou a tribuna para destacar datas comemorativas observadas ao longo do mês de junho. O parlamentar mencionou o Dia Mundial do Doador de Sangue, o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa e o



Próxima sessão plenária do Legislativo está convocada para a próxima terça-feira (23), às 15h

Dia do Orgulho Autista.

Segundo o vereador, as datas servem para ampliar a conscientização da população sobre temas ligados à solidariedade, inclusão social, respeito aos direitos das pessoas idosas e valorização da diversidade. O parlamentar defendeu a continuidade de ações e políticas públicas voltadas a esses públicos.

## Homenagem à AD

A vereadora Rute Costa (PL) dedicou seu pronunciamento na Câmara Municipal de São Paulo ao aniversário de 115 anos da Assembleia de Deus no Brasil. Durante a fala, ela lembrou a trajetória da denominação religiosa no país e destacou a atuação da igreja em ações sociais e atividades voltadas às famílias e às comunidades.

## Lei Orçamentária

Outros temas também fizeram parte dos debates da tar-

de. O vereador Celso Giannazi (PSOL) abordou as discussões relacionadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), instrumento que orienta a elaboração do orçamento municipal e, também, define prioridades para a administração pública nos próximos anos.

## Denúncia: ILPIs

Já o vereador Professor Toninho Vespoli (PSOL) utilizou o espaço para apresentar denúncias relacionadas às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). O parlamentar cobrou atenção do poder público para questões envolvendo o atendimento e as condições oferecidas a idosos acolhidos nesses mesmos locais.

## Cenário Político

As vereadoras Renata Falzoni (PSB) e Janaina Paschoal (PP) também fizeram uso da tribuna na Câmara. Ambas

abordaram temas ligados ao cenário político nacional, apresentando avaliações e reflexões sobre acontecimentos recentes da política brasileira.

## Vereadores

Durante os pronunciamentos, os vereadores também reforçaram a importância do plenário como espaço para apresentação de demandas da população e para o acompanhamento de temas que impactam diferentes regiões da cidade. As manifestações abordaram questões relacionadas à convivência urbana, políticas públicas e fiscalização municipal.

## Sessões ordinárias

A sessão desta quinta-feira integrou a agenda ordinária de trabalhos do Legislativo paulistano, espaço em que os parlamentares apresentam demandas de seus mandatos. A próxima sessão plenária está convocada para a próxima terça-feira (23).

# Câmara aprova em definitivo projeto que reajusta remuneração por subsídio da GCM

Richard Lourenço / REDE CÂMARA SP

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou, em segunda e definitiva votação, o projeto de lei que altera as tabelas de remuneração por subsídio dos integrantes do quadro técnico da Guarda Civil Metropolitana (GCM). A proposta, encaminhada pelo Executivo municipal, havia recebido aval em primeira discussão anteriormente e agora segue para sanção do prefeito.

A matéria trata da reestruturação das tabelas remuneratórias da corporação e integra o conjunto de medidas voltadas à política salarial dos servidores municipais. Durante a tramitação, o texto passou pela análise das comissões permanentes da Câmara antes de ser levado ao Plenário para apreciação dos vereadores.

Na votação definitiva, a pro-

posta foi aprovada pela maioria dos parlamentares. O projeto prevê alterações nos valores pagos aos profissionais enquadrados no regime de remuneração por subsídio da GCM, mecanismo adotado para parte da carreira da corporação. Com a conclusão da análise legislativa, o texto encerra sua tramitação no Legislativo municipal e aguarda a decisão do Executivo.

O reajuste foi defendido pela administração municipal como uma medida de valorização dos servidores da Guarda Civil Metropolitana. Durante os debates, vereadores favoráveis argumentaram que a atualização das tabelas salariais pode contribuir para a manutenção e o fortalecimento do efetivo da corporação, responsável por ações de segurança



Dispositivo também prevê repasse aos aposentados

urbana na capital paulista.

Já parlamentares da oposição apresentaram questionamentos sobre o alcance da proposta e seus impactos para diferentes segmentos do funcionalismo

público. As discussões também envolveram aspectos relacionados à política de remuneração dos servidores municipais e aos critérios adotados para a concessão de reajustes específicos a

determinadas categorias.

A Guarda Civil Metropolitana atua em atividades de patrulhamento preventivo, proteção de bens, serviços e instalações municipais, além de ações integradas com outros órgãos de segurança pública. A corporação passou por mudanças estruturais nos últimos anos, incluindo alterações em carreiras, atribuições e modelos de remuneração da classe.

Com a aprovação em segundo turno, o projeto é encaminhado ao prefeito, que poderá sancionar ou vetar total ou parcialmente a proposta. Caso seja sancionada, a nova legislação passará a definir os valores e critérios previstos para a remuneração por subsídio dos servidores abrangidos pela medida.